

Caminhos para uma educação de qualidade estão em jogo

*Planos Nacional e Distrital de Educação
recebem retoques finais. Págs. 8 e 9*

*Professor assume
comando da
Central Sindical
Internacional*

—| Pág. 5

*Plebiscito sobre
a reforma
política requer
mobilização*

—| Pág. 7

*Seminário
debaterá rumos da
educação especial
e da inclusão*

—| Pág. 10

*Sindicato iniciará
negociação da
nova pauta
reivindicatória*

—| Pág. 13

*Abertas inscrições
para V Concurso
de Redação
do Sinpro*

—| Pág. 15

Expediente

Sinpro-DF (sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.
Telefax: 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.
Telefax: 3556-9105
Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.
Telefax: 3388-5144
Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares, Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)
Jornalistas: José Mauro de Almeida, Luis Ricardo Machado, Tomaz de Alvarenga
Revisão: José Antônio de Oliveira

Diagramação: Eduardo Gustavo A. dos Santos Silva
Capa: Samuel de Paula
Impressão: Palavra Comunicação
Tiragem: 36.000 exemplares
Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Diretoria Colegiada do Sinpro DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
Carlos Cirane - Coordenador
Cláudia Bullos
Washington Dourado

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS
Isabel Portuêz de S. Felipe - Coordenadora
Francisco Raimundo (Chicão)
Sílvia Canabrava

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS
Marco Aurélio G. Rodrigues - Coordenador
Elaine Amâncio Ribeiro
Wijairo José da C. Mendonça

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E SÓCIOECONÔMICOS
Dimas Rocha - Coordenador
Ilson Veloso Bernardo
Cássio de Oliveira Campos

SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES EDUCADORAS
Eliceuda Silva França - Coordenadora
Neliane Maria da Cunha
Vilmara Pereira do Carmo

SECRETARIA DE FINANÇAS
Rosilene Corrêa - Coordenadora
Luiz Alberto Gomes Miguel
Geraldo Benedito Ferreira

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL
Nilza Cristina G. dos Santos - Coordenadora
Magneete Barbosa Guimarães
Fátima de Almeida Moraes

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
Cláudio Antunes Correia - Coordenador
Cleber Ribeiro Soares
Samuel Fernandes

SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE
Wiviane Farkas - Coordenadora
Jucimeire Barbosa (Meire)
Delzair Amancio da Silva

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR
Maria José Correia Muniz - Coordenadora
Mamoel Alves da Silva Filho
Gilza Lúcia Camilo Ricardo

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA
Julio Barros - Coordenador
Luciana Custódio
Francisco Assis

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL
Berenice D'arc Jacinto - Coordenadora
Fernando Reis
Regina Célia T. Pinheiro

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS
Gabriel Magno - Coordenador
Iolanda Rodrigues Rocha
Polyelton de Oliveira Lima

CONSELHO FISCAL
Gardênia Lopes dos Santos
Maria Cristina Sant'ana Cardoso
Jailson Pereira Sousa
Marcos Alves Pires
Regina Márcia de Assis Santos



Trabalhadores unidos sempre ganham o jogo

Na reta final para a aprovação de importantes projetos para o futuro da educação, tanto no País como Distrito Federal – através dos Planos Nacional de Educação (PNE) e do Distrital (PDE) –, além da categoria estar negociando uma nova pauta de reivindicações com o GDF, nem mesmo a Copa do Mundo da FIFA pode impedir nossa caminhada.

O fundamental para a categoria e para a educação brasileira é que, com união e mobilização em busca de novas conquistas, ampliando e consolidando os direitos para os profissionais da educação, avancemos na construção de uma educação com padrão social emancipatório para as futuras e atuais gerações.

Está evidenciado, pelas manifestações das ruas em quase todas as cidades brasileiras, que a sociedade exige que as reformas políticas e econômicas sejam pautadas nas reivindicações dos movimentos sociais e da classe trabalhadora brasileira. Pautar as reformas nestas reivindicações significa, trilhar um caminho diferente do que governos europeus escolheram, significa construir um modelo com prioridade social de crescimento econômico aliado à distribuição da riqueza. Embora

as transformações sociais tenham se intensificado nos últimos anos, com a ascensão da esquerda ao poder, o povo brasileiro quer mais educação, saúde, transporte, melhores salários e etc...

“*Está evidenciado pelas manifestações que a sociedade exige reformas políticas e econômicas*”

Podemos torcer para que a Seleção Brasileira se consagre hexacampeã mundial sem qualquer pudor, com a consciência de que é preciso exigir que mais do que campeão mundial de futebol, o Brasil tem que ser, sobretudo, campeão em justiça e inclusão social, democratização da mídia, reformas urbana e rural, além de educação e saúde de qualidade elevada.

Da mesma forma que demonstramos nossa força em arenas futebolísticas, agora também levamos nossa força sindical para o mundo, com a escolha de um dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para a Presidência da Confederação Sindical

Internacional (CSI) – maior entidade de trabalhadores do planeta.

Com tantos desafios pela frente, do futebol à política, se faz necessário, cada vez mais, triplicarmos nossa capacidade de mobilização para obter conquistas sociais que gerem inclusão social, superação de preconceitos de qualquer espécie, reorientando prioridades governamentais para os campos sociais. Só assim caminharemos para que o País tenha um desenvolvimento homogêneo e uma sociedade mais justa.

E, se quisermos realmente conquistar um desenvolvimento humanitário e com justiça social, não podemos perder de vista que, necessariamente, precisamos de uma educação pública de qualidade que, obrigatoriamente, requer os devidos investimentos e passa pela justa valorização dos profissionais do magistério.

A Diretoria do Sinpro torce pela Seleção Brasileira. Porém, torce muito mais por um Brasil ainda melhor e mais justo. Mesmo durante o recesso da Copa, estaremos vigilantes e atuantes para guarnecer nossas metas. Contamos com todos os professores e professoras, os quais levaram o DF ao título de “Território Livre do Analfabetismo”.

Últimas

Sinpro faz assembleia dia 10 de junho para prestação de contas

A Diretoria Colegiada do Sinpro convoca professoras e professores para participarem da Assembleia de Prestação de Contas do exercício de 2013. A assembleia ocorrerá no dia 10 de junho, no auditório da sede do Sindicato. A primeira chamada está marcada para as 19 horas. Não deixem de participar!

Calendário Escolar 2015: propostas só após os debates

O Sinpro vem desde 2007 discutindo e negociando com a Secretaria de Educação do DF (SEE-DF) os calendários escolares, que são elaborados a partir do debate da categoria e do seu Sindicato com a Secretaria. Assim sendo, a Diretoria solicita que as direções e professores das escolas da rede pública somente enviem as propostas do Calendário Escolar 2015 para a SEE-DF, após a discussão ter sido realizada com a categoria.

Falta de política curricular dá destaque à avaliação escolar

Em razão da falta de uma política curricular clara, estão cobrando da escola os conteúdos que devem ser ensinados aos alunos. Esta é a opinião da pesquisadora da USP, Paula Louzано. Segundo ela, no Brasil, a falta de diretrizes específicas têm gerado desigualdade no sistema.

Dia do Trabalho exige reflexão

Trabalhadores transformam simples países em grandes nações, mas continua sendo apenas massa assalariada

Embora o dia dedicado aos trabalhadores e trabalhadoras, conquistado com sangue e muito suor, seja para homenagear aqueles e aquelas que fazem pulsar o planeta, ele também serve como uma breve pausa para uma reflexão sobre direitos.

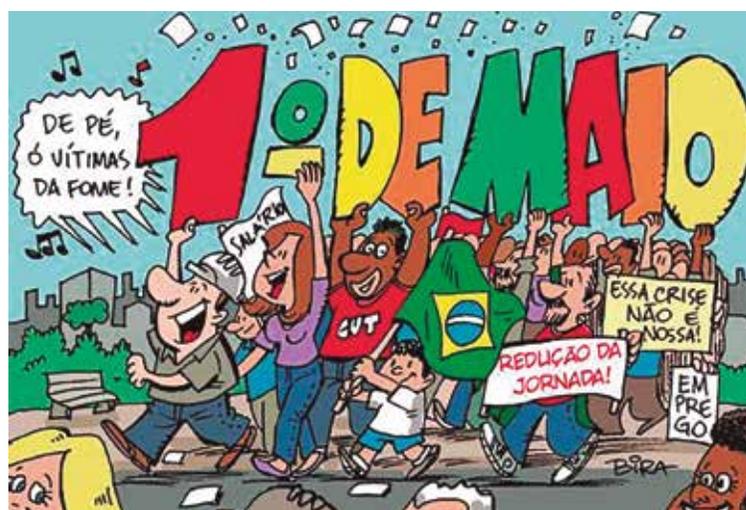
Se somos nós (trabalhadores e trabalhadoras) que transformamos simples países em nações, deveríamos ter o poder de traçar e conduzir o destino que desejamos. Porém, não é bem assim que a banda toca. Através de políticas demagógicas e mentiras explícitas veiculadas na mídia capitalista e conservadora, somos considerados dados estatísticos ou simples massa assalariada.

Bem-estar

É com nossos impostos – e põe imposto nisso – que os governos federal, estaduais, distrital e municipais desenvolvem suas políticas para o bem-estar das populações. Mas, será que este bem-estar é realmente o que desejamos ou simplesmente aquele que eles (os mandatários) acreditam que merecemos ou,

quem sabe, aquele que devemos ter?

Se estamos sobrecarregados de deveres, seria natural que



os direitos também brotassem com maior fartura. Porém, sabemos que a conquista dos mínimos privilégios é obtida através de muita luta. Mas, se hoje pelo menos temos o direito de não ter que trabalhar 13 horas por dia e podemos até reivindicar algumas melhorias, deve-se ao fato que a classe trabalhadora descobriu sua força através da união.

Manifestação

O Dia do Trabalhador deveria ser uma data comemorativa para celebrarmos as conquistas obti-

das ao longo da história. Nesta data, em 1886, houve uma grande manifestação de trabalhadores em Chicago (EUA).

À época, milhares de trabalhadores protestaram contra as condições desumanas de trabalho, com carga horária de 13 horas/dia. A greve abalou os EUA. No dia 3 de maio começaram os confrontos com as forças repressivas

com várias mortes de trabalhadores. Foi a Revolta de Haymarket.

Segunda Internacional

Em junho de 1889, a central sindical francesa “Segunda Internacional” instituiu o 1º de Maio como data dos trabalhadores, que lutavam por uma jornada de 8 horas, algo só ratificado em 1919 pelo Senado, que proclamou feriado o 1º de maio.

Em 1920, a Rússia adotou a data. No Brasil, o 1º de Maio chegou em 1924, no governo Artur Bernardes. Mas foi no governo Vargas, com a consolidação dos direitos trabalhistas, que a data ganhou prestígio.

No governo Lula volta-se a adotar a política de valorização do trabalhador. Assim, o salário passou a ser corrigido com base no INPC e no PIB. Os trabalhadores tiveram ganhos reais e acelerou-se a distribuição de renda.

Atualmente, vários países adotam a data como Dia do Trabalho. No entanto, são poucos os países onde os trabalhadores realmente podem comemorar conquistas de novos direitos.

1º de Maio Contemporâneo?

Desde o 1º de maio de 1886 até os dias de hoje, as pautas e reivindicações da classe trabalhadora vêm se alterando e sendo acrescidas de novos olhares e necessidades a partir de suas conjunturas. Questões salariais, condições de trabalho e aposentadoria são itens recorrentes que buscam dar ao trabalhador segurança e qualidade de vida durante o seu percurso profissional. Todavia a reivindicação histórica que identificamos como originária des-

ses movimentos é sem dúvida a Redução da Jornada de Trabalho. Emblemática, fundante e ao mesmo tempo tão atual, é sem dúvida a pauta que dialoga diretamente com a necessidade e perspectiva de perceber o trabalhador: ser humano.

O desafio de discutir a Redução da Jornada de Trabalho sem redução salarial se faz gigantesco dentro de economias e mercados que, instituem o funcionamento de shoppings até a meia noite, supermercados 24

horas, lojas e comércio geral que abrem aos domingos, fábricas com três ou quatro turnos, horas extras compulsórias, jornadas flexíveis e altas taxas de desemprego. Acrescidos ainda dos argumentos patronais da necessidade de maior produtividade e competitividade do mercado.

Começando pelo fim, estudos recentes desmontam as teses patronais e provam que a introdução de novas tecnologias, automação, organização

e formação profissional resultam diretamente na produtividade e qualidade do que se produz. E por que reduzir a Jornada de Trabalho? Para a classe trabalhadora, antes de tudo é urgente e fundamental garantir um valioso conjunto: tempo para o lazer e a família, cuidados com a saúde, vida social, tempo para estudo ou simplesmente o ócio.

*Fernando Reis - Diretor do Sinpro



*Fernando Reis é diretor de Políticas Educacionais do Sinpro



Museu resgata história da Educação no DF

A Educação do DF vai ganhar um acervo com o cotidiano de professores e alunos na época da construção da capital. Em novembro será inaugurado o Museu da Educação, réplica fiel da primeira escola de Brasília, a “Júlia Kubitschek”.

Com início das obras previsto para julho, o espaço ocupará uma área de 20 mil metros quadrados no Parque Vivencial e Ecológico da Candangolândia – cidade-sede da primeira escola candanga. “Como ela foi destruída, queremos retomar essa construção que seguiu a linha arquitetônica do Catetinho”, diz a professora da UnB e coordenadora do Grupo de Trabalho do Museu, Eva Wairos.

Com projeto original de Oscar Niemeyer, o museu trará depoimentos de educadores que vivenciaram o Plano de Educação, entre 1956 e 1964. Com acesso livre aos visitantes, estarão em exibição fotos, documentos, áudios, vídeos históricos.

O superintendente do Arquivo público do DF, Gustavo Chauvet, diz que a construção da primeira escola da Capital se deu no final de 1956, simultaneamente com as obras do aeroporto, a Ermida Dom Bosco e o Catetinho. Segundo Chauvet, A escola foi inaugurada no dia 15 de outubro de 1957, para atender os filhos dos trabalhadores da Novacap.

UESDF nasce para reforçar a presença dos jovens na política

União dos Estudantes Secundaristas participará do dia a dia escolar

No dia 25 de abril, ocorreu o congresso de fundação da UESDF (União dos Estudantes Secundaristas do DF), uma demanda histórica estudantil, que carecia de uma entidade que fosse capaz de mobilizar novamente os estudantes, com dinâmica própria e democrática.

Gabriel Magno (diretor do Sinpro), ressalta que existem outras associações que representam os estudantes, mas que a UESDF vai conquistar seu espaço com uma atuação recorrente e presencial. “A representação será ocupando os lugares e as lacunas das outras entidades, que não atuam no dia a dia dos estudantes. A UESDF vai garantir sua legitimidade indo às escolas, fazendo congressos com agendas e pautas políticas”, aponta o diretor.

A eleição

Após o edital, foi criada a comissão eleitoral, com representação partidária dos grupos políticos de diversas orientações (desde a direita até a esquerda). “Ela foi fundada a partir de um congresso democrático, com eleição de delegados nas escolas, que possuíam tempo e

é proporcional à quantidade de alunos que estudam em cada unidade”, afirma Gabriel.

Este congresso apresentou duas chapas, demonstrando desde seu nascimento o caráter plural da entidade, com vocação democrática e aberta ao debate. Foram mais de 300 estudantes presentes, entre delegados e observadores, representando todas as regiões administrativas do DF.

A chapa vencedora, encabeçada por Leonardo Matheus, recebeu 68,9% dos votos e terá 69% das cadeiras da associação.

Desde o primeiro momento, o Sinpro ofereceu apoio e solidariedade nesta construção e deseja uma gestão próspera e democrática, trazendo os estudantes para as questões políticas que são de suma importância para a formação cidadã.

prazo para criarem suas comissões eleitorais (ou eram organizadas pelos grêmios estudantis). O número dos delegados eleitos

Nas urnas

68,9%

dos votos obteve a chapa vencedora na 1ª eleição da entidade



Secretaria dos (as) Aposentados (as) está sempre com as portas abertas para categoria

O sindicato apoia e incentiva toda as reuniões dos (as) aposentados (as)

A secretaria dos (as) aposentados (as) do Sinpro tomou conhecimento de que grupos de aposentados estão promovendo confraternizações, se reunindo regularmente nas residências, com o intuito de estreitar relações adquiridas enquanto estavam no período da ativa. O Sinpro aplaude a iniciativa e se oferece como elo nestas ocasiões.

“A própria secretaria se coloca à disposição para sediar/ participar destas reuniões, que são importantíssimas. São momentos em que podemos debater as questões sindicais de interesse dos aposentados, promovendo a interação entre todos e todas, além de apresentar as pautas de reivindicações que são de interesse da categoria” esclarece Isabel Portugal, diretora da secretaria dos (as) aposentados (as) do Sinpro.

O Sinpro reforça a importância da participação dos(as) aposentados(as) nas atividades gerais e assembleias da categoria. O sindicato sente a falta de parte da militância

dos(as) aposentados(as) nestas ocasiões, o que enfraquece a mobilização e o discurso.

Inscrições abertas para o curso de informática

As inscrições para as etapas I e II do curso de informática continuam abertas, assim como para o curso mais avançado (aprofundamento do curso de informática).

Novas turmas de formação sindical

No mês de junho e no segundo semestre de 2014, o Sinpro dará continuidade ao curso de formação sindical. As inscrições estão abertas. Para o(a) companheiro(a) que já se aposentou, o curso reinsere-o(a) aposentado(a) na pauta de reivindicações da categoria, fomentando suas participações nos fóruns maiores e assembleias.

Serviço

Os contatos da secretaria são (61) 3343-4233 ou diretamente com a diretora Isabel Portugal no (61) 9963-3982.

A educação que o sindicalismo quer

Professor João Felício, secretário da CUT, é o primeiro latino-americano a presidir a Central Sindical Internacional

O professor João Felício, secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o primeiro latino-americano a presidir a Central Sindical Internacional (CSI), afirma que a luta do movimento sindical é por uma escola à altura dos novos tempos e das necessidades do mundo do trabalho.

Segundo ele, isso significa o enfrentamento ao tecnicismo, que supervaloriza e absolutiza os aspectos técnicos em detrimento de uma formação humanista, plural, questionadora, voltada para a vida.

Todos os países que alcançaram um estágio de desenvolvimento avançado na educação, diz João Felício, devem o êxito ao investimento de seus governos no conhecimento científico-tecnológico. “É isso o que expressam, entre outros, os sucessivos êxitos obtidos pelo Japão e pela Coreia”, exemplifica.

Mas, por outro lado, conforme desmocha Felício, o “ranking da Educação”, divulgado recente-

mente pela Unesco - organismo da ONU para a cultura e educação -, o Brasil permanece em 88º lugar entre 127 países, ficando atrás da Argentina e do Chile e, até mesmo do Paraguai e da Bolívia.

Prioridade

Se a América Latina e a África quiserem avançar, é preciso inverter as prioridades, afirma João Felício. “Neste sentido, efetivar a apli-

“**Educação é um desafio prioritário do governos federal, estadual, distrital e municipal**”

cação de 10% do PIB para a educação é o mínimo que se exige para garantirmos seu caráter público e gratuito, bem como sua qualidade”, diz o novo presidente da CSI.

Felício considera que no Brasil, embora tenha diminuído o pro-

blema de vagas no ensino público superior, com centenas de milhares de novos estudantes, as universidades estão cada vez mais mercantilizadas e internacionalizadas.

“Também estamos enfrentando problemas gravíssimos de qualidade na educação das crianças, reflexo das condições de ensino e de infraestrutura, o que implica em prejuízos que as acompanharão ao longo da sua formação”, diz o sindicalista.

Daí, complementa Felício, o fato de a educação ser um desafio prioritário dos governos federal, estaduais, distrital e municipais, que devem atuar de forma coordenada, somando esforços e experiências para virar uma página que macula o país e seu povo.

Expectativas na CSI

João Felício diz que sua expectativa é de que, na presidência da CSI – entidade que representa trabalhadores e trabalhadoras de mais de 160 países – poder contribuir, com a experiência acumulada na CUT e no conjunto do sindicalismo brasi-

leiro, para o fortalecimento da organização em nível mundial.

“Afinal, há uma luta permanente entre capital e trabalho que extrapola a questão nacional, que diz respeito à manutenção e ampliação de direitos, à valorização salarial, à construção da justiça social, com afirmação de políticas públicas e de distribuição de renda”, diz.

O entendimento de João Felício é que, da mesma maneira que o capital define seus interesses, que vão além das fronteiras, é fundamental que o mundo do trabalho, com suas entidades, faça enfrentamentos mais consistentes, utilizando sua unidade como força política para pressionar junto à ONU e à OMC, ao G20 e à OIT em defesa de sua pauta.

Fortalecimento

Hoje, há 85% dos trabalhado-



res fora da organização sindical em nível internacional. Segundo Felício, isso representa um problema gravíssimo. Se o sindicalismo não aumentar a sua representatividade, a possibilidade de a classe trabalhadora sair vitoriosa fica reduzida, sentencia o professor.

Há muitos países em que nem 5% dos trabalhadores são filiados às entidades. Por isso, João Felício diz ser necessário priorizar o fortalecimento da CSI e da sua relação com a base, ampliando cada vez mais a unidade, a organização e a mobilização.

Força da CUT extrapola fronteiras e conquista o mundo

O professor e também secretário da CUT, Antonio Lisboa, diz que a escolha de seu colega João Felício para a presidência da Confederação Sindical Internacional

(CSI) traduz o reconhecimento da força da Central Única dos Trabalhadores (CUT). “O trabalho desenvolvido pela CUT em defesa dos trabalhadores brasileiros conquistou o mundo”, acrescenta Lisboa.

Para Lisboa, o fato de pela primeira vez na história um latino-americano assumir a presidência da CSI, até então, comandada apenas por europeus, norte-americanos e japoneses, mostra o prestígio que

a CUT – quinta maior central de trabalhadores do mundo – goza no meio sindical.

L i s b o a sublinha que a eleição de

um brasileiro para a presidência da CSI é, sem dúvida, uma grande responsabilidade. No entanto, ele garante que a experiência de João Felício vai implementar novos métodos e sistemáticas que servirão de base para as entidades sindicais do mundo. Sobretudo, acrescenta Lisboa, para as democracias mais frágeis e para os países em desenvolvimento.

Orgulho

Como professor, Antonio Lisboa diz que é realmente um orgulho para a categoria dos educadores ter um de seus membros na presidência de uma confederação sindical internacional,

com o prestígio da CSI.

Lisboa lembra que João Felício, antes de se tornar presidente da CUT, em 2001 e, posteriormente, secretário geral, foi presidente do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp) – maior sindicato da América Latina – e, atualmente, Felício ocupa a Secretaria de Relações Internacionais. Assim, com essa enorme experiência sindical na bagagem, Lisboa acredita que Felício será de suma importância para renovação do sindicalismo mundial.

João Felício foi indicado para a presidência da CSI pela CUT, por outras duas centrais sindicais brasileiras – Força Sindical

e UGT – e pela Confederação Nacional de Profissionais Liberais (CNPL), que fazem parte do Conselho Geral da CSI, além de todas as centrais sindicais filiadas das Américas. Sua indicação foi aprovada pelos dirigentes das principais centrais sindicais do mundo e sua eleição foi referendada no dia 23 de maio, após o congresso da CSI, em Berlim. A CSI é resultado da fusão da Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CIOSL) e da Confederação Mundial do Trabalho. Assim, a CSI se tornou a maior e principal entidade de representação da classe trabalhadora do planeta.



OP OUTRAS PAUTAS

aprofunda debate sobre os 50 anos do golpe militar

Convidados, o professor Gilney Viana e o jornalista Beto Almeida falaram sobre o tema

Os 50 anos do golpe militar foram debatidos no dia 20 de maio, durante a quarta edição do *Outras Pautas*. Durante os três blocos do programa, o médico e professor Gilney Viana e o jornalista e ativista político Beto Almeida falaram sobre a ditadura militar e foram unânimes ao afirmar que é preciso debater e lutar pela democratização da mídia e da informação.

“O tema não só é atual como precisa ser entendido pela sociedade. Existe uma ditadura midiática que impede a sociedade de entender o golpe e como a imprensa foi partícipe da ditadura, coloca várias barreiras com o objetivo de esconder verdades. Quando o *Outras Pautas* traz o tema à tona, traz de volta estas

verdades históricas e oferece uma oportunidade de democratizar a mídia e a informação, mostrando o que de fato aconteceu”, argumenta Beto Almeida, que é presidente da TV Comunitária e membro da Junta Diretiva da La Nueva Televisión Del Sur (Telesur) e da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.

Experiência com a ditadura

Vítima do regime marcado pela censura que estabeleceu no Brasil uma ditadura militar até 1985, legalizou a tortura e combateu com violência quaisquer manifestações em prol da democracia, Gilney Viana, que é coordenador do projeto Direito à Memória e à Verdade, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, contou experiências vividas durante o perí-

odo e falou sobre a importância de se debater o tema. “Ainda que tardio, é necessário apurar a ditadura porque implica na nossa sociedade até hoje. O tema é atual porque muitas coisas que acontecem hoje são resquícios do golpe. Devemos manter a luta, estar sempre atentos a novas tentativas de golpe e pagar

as dívidas históricas que trazemos do passado. A nossa unidade é fundamental para fazer uma democracia justa e o Sinpro auxilia neste processo de democratizar a informação e mostrar a verdade, omitida pela grande imprensa”.

No último bloco, os diretores Cláudio Antunes e Cleber Soares,

que intermediaram a mesa, abriram espaço para perguntas de estudantes, professores e convidados. O *Outras Pautas* é idealizado e realizado pelo Sinpro com o objetivo de ampliar o debate com a categoria e com a sociedade sobre temas relevantes para o avanço da democracia.



Estudantes de várias escolas do DF participaram da quarta edição do programa desenvolvido pelo Sinpro

Marco Civil da Internet tem vitórias e derrotas

Especialistas cobram mobilização da sociedade para questões que ainda necessitam ser regulamentadas

O sentimento geral entre a comunidade Software Livre é de comemoração com avanços importantes conquistados na aprovação do Marco Civil da Internet. Porém, o momento ainda exige atenção e foi pauta de debates no Fórum Internacional Software Livre (FISL), que ocorreu em Porto Alegre, de 07 a 10 de maio. A palestra “A Aprovação do Marco Civil e as consequências para sociedade” contou com a participação de especialistas no assunto.

Apesar da aprovação ter sido saudada por todos, o sentimento ainda é de atenção por fatores que ainda precisam ser regulamenta-

dos. Segundo Maria Melo, coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Mídia (FNDC), a legislação foi uma garantia da democracia e liberdade para todos os cidadãos, mas o momento não é de relaxar.

Segundo Maria Melo, ainda há uma série de desafios pela frente. “Precisamos manter a sociedade civil unida e atenta porque depois de aprovado e sancionado ainda temos questões que precisam ser regulamentadas e isso vai ser feito através de consulta pública. O fundamental é destacar sempre que não se trata de um projeto de governo e sim uma ação que é feita e direcio-

nada para toda população”, disse.

Um dos pontos-chaves no Marco Civil é a espionagem. O coordenador estratégico de software livre do Serpro, Deivi Lopes Kuhn, defende a tese de que o Brasil continue debatendo o assunto, se prevenindo e lutando contra o *vigilantismo* na internet.

Controle de acesso

“Os Estados Unidos não podem se achar no direito de espionar qualquer cidadão no mundo. A disputa se dá não só no âmbito legal, mas técnico também. A discussão de padrão do HTML 5, por exemplo, pode ser um limitante da liberdade na internet. As

empresas poderiam controlar o teu acesso de conteúdo se elas forem as donas dos direitos auto-

“*Estados Unidos não podem se achar no direito de espionar qualquer cidadão no mundo*”

rais desse conteúdo. Então, isso é algo muito grave que atinge todas as pessoas”, diz Deivi.

Marcelo Branco, ativista pela aprovação do marco e que participou da elaboração inicial da

ideia, quando ainda não se falava em regulação da internet no Brasil, acredita que alguns pontos devam ser observados e alterados para evitar contradições.

“O ponto que não ficou como nós desejávamos que fosse vetado, é o artigo 15º. Ele obriga a guarda de conteúdo pelas corporações. Dependendo da regulamentação, pela qual estamos lutando agora, pode ser contraditório com o discurso da presidenta Dilma Rousseff e da luta em defesa da privacidade dos usuários da rede. Possibilitaria uma vigilância em massa dos brasileiros. Devemos estar mobilizados para neutralizar os efeitos nocivos desse artigo”, diz

Últimas

Plano de expansão para universidades

Reitores de universidades federais apresentaram à presidenta Dilma Rousseff uma proposta de expansão das universidades para os próximos dez anos. De acordo com o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Jesualdo Pereira, ainda não há metas para aumento de alunos matriculados ou de criação de novos campi. Para ele, essa definição se dará após a definição dos recursos que poderão ser disponibilizados.

DF é território livre de analfabetismo

Em maio, o DF recebeu o selo de Território Livre de Analfabetismo. O certificado é um reconhecimento do MEC aos entes federados que obtém taxa acima de 96% de alfabetização. Para o ministro Henrique Paim, o prêmio reconhece o esforço dos governantes que visam transformar as cidades, através da educação.

Reforma política já!

Participe do plebiscito em setembro

O Sinpro faz parte deste movimento, levando a discussão à comunidade escolar

O sistema político e sua representatividade refletem distorções que precisam ser resolvidas. No Congresso nacional, a presença de mulheres, negros e índios assim como do (a) próprio(a) trabalhador(a) é irrisória, estando muito, mas muito aquém do razoável, resultando em um desequilíbrio de forças e classes na Casa onde o futuro do país é debatido.

Do dia 1º ao dia 7 de setembro, dezenas de entidades (CUT, UNE, MST e sindicatos) vão organizar o plebiscito sobre a reforma política. De iniciativa dos movimentos sociais e populares, a expectativa é de reunir 15 milhões de assinaturas, sendo um inegável instrumento de pressão política (principalmente por se realizar um pouco antes das eleições), apesar de não ostentar caráter normativo/elei-

toral. A pergunta que será feita é “você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?”

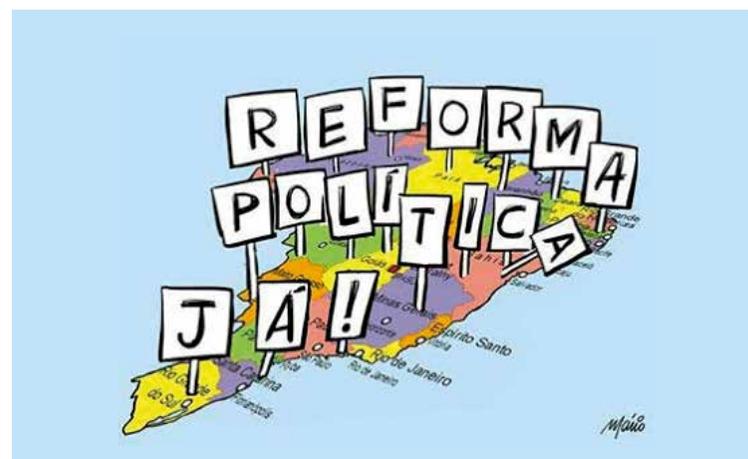
O Sinpro participa da construção deste plebiscito, fazendo parte do comitê estadual que promove cursos de formação, explicando para a comunidade escolar como o plebiscito será realizado, qual sua agenda, além de espalhar urnas e montando comitês temáticos.

“Agora começaremos a orga-

Abaixo-assinado

15 milhões

de assinaturas é a meta do plebiscito



nizar uma agenda de discussão, visitando as escolas, para irmos criando os comitês e a equipe. Ainda estamos discutindo nosso *modus operandi*, mas devemos chamar os delegados sindicais para uma reunião, onde faremos a formação e daremos o pontapé inicial para atingirmos mais de 100 escolas”, aponta Gabriel Magno, diretor do Sinpro.

Na etapa seguinte, serão realizadas visitas nas escolas (priorizando as maiores e de ensino

médio, fazendo um debate para que todos e todas se aprofundem no assunto), produzindo material específico para esclarecer dúvidas (que pode ser uma cartilha própria, além de matérias nas próximas edições do **Quadro Negro**).

O objetivo é fomentar a participação de toda a comunidade escolar: alunos (as), pais e mães, professores (as), trabalhadores (as), orientadores (as) e diretores (as). Compareça!

O Povo quer tá no poder. O Povo quer participar. Por isso vamos construir o Plebiscito Popular!

O Plebiscito Popular Por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político foi lançado no dia 15 de novembro de 2013. O período de votação ocorrerá entre os dias 1º e 7 de Setembro de 2014 com a pergunta: “Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?”

As manifestações de junho e a resposta dada pela Presidenta Dilma a partir dos 5 pactos colocaram o tema de uma

Constituinte pela Reforma Política no centro da agenda no país. A necessidade de democratizar os espaços de decisão se torna urgente quando vemos a composição do Congresso Nacional: 70% de empresários (sendo que a maioria da população é composta de trabalhadores(as)); menos de 10% de mulheres e 8,5% de negros (sendo que mulheres e negros representam mais da metade dos brasileiros). Daí, o enorme número de faixas e cartazes nas

ruas das cidades brasileiras dizendo “Não Me Representa!”.

Além disso, os últimos dez anos foram de mudanças profundas na composição da sociedade brasileira. O que nos coloca em um momento no qual podemos acumular para um novo ciclo de conquistas para a classe trabalhadora. Onde só conseguiremos completar o processo de democratização do país e avançar para uma agenda de mais direitos sociais com reformas

agrária e urbana, democratização da mídia, garantia de serviços públicos universais de qualidade, democratizando os centros de poder do Estado. Daí a importância da organização social e do conjunto das mais de 100 entidades que hoje constroem o plebiscito popular.

Nós do Sinpro reafirmamos nosso compromisso com a construção do Plebiscito Popular e com as lutas do povo brasileiro. A defesa intransigente da democracia e dos direi-

tos dos(as) trabalhadores(as) sempre nos orientou. É por isso que convidamos todos(as) professores(as) a se engajarem na construção do plebiscito, organizando comitês nas suas escolas para debater com a comunidade escolar e garantir que nos dias 1º a 7 de Setembro sejamos 15 milhões de brasileiros(as) a dizer “SIM” por um novo sistema político!

*Gabriel Magno - Diretor do Sinpro.



Financiamento e valorização dos educadores são itens básicos do PDE

Representante do Sindicato dos Professores no Fórum Distrital de Educação revela as principais metas do Plano

O professor Júlio Barros, diretor do Sinpro e representante do Sindicato junto ao Fórum Distrital de Educação, que foi responsável pela elaboração do documento-base que subsidiou as plenárias regionais sobre o Plano Distrital de Educação (PDE), em entrevista ao QN revela os principais pontos do PDE. Ele também faz uma radiografia das mudanças decorrentes da implementação do primeiro plano educacional do DF

QN: Quais são os principais pontos, que você destaca do PDE?

a) Financiamento: o Plano Distrital de Educação deve orientar as leis orçamentárias do poder executivo e não o contrário, como ocorre de praxe. Para que o PDE alcance suas metas, é necessário assegurar recursos financeiros na medida efetivamente necessária, invertendo a lógica atual, que condiciona o investimento na educação às limitações das verbas disponíveis “no caixa” do governo. Por isso, defendemos na *Meta 20* ampliar o investimento público em Educação Pública de forma a, pelo menos duplicar, o atual percentual de investimento em relação ao PIB do DF até o fim deste PDE. Garantir os aumentos dos recursos vinculados à educação de 25% para, no mínimo, 30%;

b) universalização do acesso das matrículas obrigatórias até 2016 (de 4 a 17 anos de idade), garantindo a inclusão escolar dos que não tiveram acesso na idade própria, no campo, nas

idades, e nos presídios, assim como o aumento substancial da oferta em creches PÚBLICAS;

c) valorização dos/as trabalhadores/as em educação, por meio de salário e carreira dignos, e atraentes, além das condições de trabalho apropriadas nas escolas. Defendemos na *Meta 17* a equiparação do vencimento básico dos profissionais do magistério da rede pública de educação básica à média das demais carreiras de servidores públicos do DF, com nível de escolaridade equivalente, até o final do 6º ano de vigência do PDE;

d) melhoria da qualidade, com equidade, em todas as escolas públicas e particulares, garantindo a oferta pública em locais próximos às residências das crianças e dos adolescentes e promovendo a efetiva democratização das políticas de gestão nas escolas e no sistema de ensino;

e) ampliação das vagas no ensino superior, por meio da criação da Universidade Distri-



Membros do Fórum Distrital de Educação na Câmara Legislativa do Distrito Federal

tal, dos *campi* da UnB no Paranoá e da UniSUS;

f) até 01 (um) ano após a aprovação do PDE, adequar a Lei de Gestão Democrática ao Plano Decenal e aprovar na Câmara Legislativa do DF a Lei

“**Vai refletir na diminuição da violência, na oferta de mais creche públicas e de escolas com tempo e educação integral**”

de Sistema Distrital com vistas a definir a abrangência e as responsabilidades das instituições e dos agentes públicos para a consecução das metas e estratégias do PDE e, também a criação da Lei de Responsabilidade Educacional (LRE); uma lei que dê conta do entendimento de que não adianta ter um plano decenal, discutido com toda a sociedade e aprovado na CLDE, com a

concordância de todos/as, se não houver mecanismos de controle institucional e social, que contribuam com a gestão e também prevejam punições para quem não cumprir seus compromissos.

O que vai mudar após a aprovação do PDE?

O PDE é um Plano de Estado, e não de governos. Ele é um instrumento para a implantação da política educacional para a população. Suas diretrizes, seus objetivos e suas metas referem-se às crianças, aos jovens, adultos e idosos trabalhadores de todo o DF. Toda sociedade será beneficiária de suas ações e guardiã de seus compromissos. Vai refletir principalmente na inclusão social, na qualidade social da educação, nas condições de trabalho dos profissionais de educação, como a limitação de alunos por sala de aula, vai refletir na diminuição da violência na cidade, na oferta de mais creches públicas, de escolas com tempo e educação integral, na criação de escolas-parque e Centros de Línguas em todas as cidades do DF;

O que o Sindicato espera deste projeto?

Esperamos que ele preserve uma visão sistêmica da educação, buscando articular as políticas educacionais entre si e com outras áreas de atendimento e formação dos cidadãos, tendo em vista contemplar a oferta massiva de escola de tempo integral, da creche ao ensino médio, especialmente às crianças e aos adolescentes em situação de risco social ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas, o respeito às diversidades étnica, cultural, sexual e de gênero, a educação de jovens e adultos de forma integrada à educação profissional, a gestão democrática no sistema de ensino e nas escolas, além de sistema de avaliação emancipadora. Que seja um instrumento de valorização dos profissionais da educação e da melhoria de suas condições de trabalho. Por fim, a participação social no processo de elaboração, implementação e avaliação periódica do PDE.



Plano entra na reta final, mas com inconsistências

Texto tem falhas que desagradam sociedade e entidades que lutam por uma educação pública de qualidade

O Plano Nacional de Educação (PNE), após sua aprovação na comissão especial da Câmara dos Deputados (no dia 6 de maio), poderá ser votado pelo plenário da Casa ainda neste semestre, segundo o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), relator do projeto. Porém, o texto não está totalmente em sintonia com os anseios das entidades ligadas à educação, entre elas o Sindicato dos Professores no DF (Sinpro-DF) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Entre as falhas que constam do texto que irá a votação em plenário, segundo aponta a maio-

ria dos especialistas em educação, estão as aprovações dos desates que retiraram a questão da igualdade de gênero; a brecha que possibilita que financiamentos públicos também sejam destinados ao setor privado; a *meritocracia* que prevê a adoção de políticas de estímulo às escolas que melhorem seu desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e ao não fixar penalidades para gestores que não cumprirem as metas estabelecidas.

Sobre a promoção da igualdade de gênero, segundo a diretora do Sinpro, Neliale Maria da Cunha, há uma enorme diferença entre o texto sugerido

pelo deputado Vanhoni, que aponta a necessidade da superação das desigualdades educacionais, “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” e o texto aprovado no Senado e defendido pelos deputados Izalci (aquele do cheque-educação) e Bolsonaro (representante dos fundamentalistas), que aponta, de forma genérica, para a “promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

Financiamento

No que se refere ao financiamento público da educação, a reivindicação unânime era de que o dinheiro público – os 10% do PIB – fosse aplicado exclusivamente na educação pública. Porém, interesses da iniciativa privada falaram mais alto. Assim,

estes 10% do PIB também serão utilizados para financiar a educação infantil em creches conveniadas, a educação especial, o Pronatec, ProUni, o Fies e Ciência sem Fronteiras.

Sobre a *meritocracia*, segundo Marta Vanelli, secretária geral da CNTE, essa decisão é um grande erro. “É inaceitável instituir um bônus à *meritocracia* sem levar em conta as condições de ensino-aprendizagem da escola. Temos que ter boas condições para que todos se saiam bem e não fazer um ranking, desvalorizando ainda mais quem não está tendo os mesmos resultados”, diz Vanelli. A CNTE havia pedido

a retirada da estratégia que vincula a valorização da carreira ao IDEB, considerado frágil, prejudicando o processo de valorização dos profissionais.

Sobre a falta de penalidades para os gestores que não cumprirem as metas do PNE, as punições serão definidas só na proposta da chamada Lei de Responsabilidade Educacional, em análise na Câmara. O temor das entidades ligadas à educação é que este PL segua a mesma tramitação do PNE no Congresso. Isto significa que a aprovação desta lei possa ocorrer dentro de alguns longos anos, comprometendo as diretrizes básicas do PNE.

“É inconcebível instituir um bônus à meritocracia”

“Texto possibilita financiamento público para o setor privado”

Educação pública x educação privada: um território em disputa no PDE

O neoliberalismo tem deixado marcas nas políticas educacionais, que foram traduzidas em concepções da gestão educacional e gestão escolar. Na delimitação do tamanho do Estado estão envolvidas as ideias de privatização, “publicização” e terceirização, construindo uma nova engenharia da gestão educacional com a desobrigação do Estado e transferência de responsabilidade, baseado na lógica que a educação não é atividade exclusiva do Estado e deve ser transferida ao setor público não-estatal (que não deixa de ser privado), por meio de um serviço de publici-

zação. Tudo isso é resultado da participação do Brasil na Conferência Mundial sobre Educação, em Jomtien/Tailândia (1990), que se refletiu na reforma de Estado patrocinada pelo ex-ministro Bresser Pereira em 1995 (governo FHC).

Parte-se do pressuposto que a origem das mudanças propostas para a educação na década de 90 tem como substrato um diagnóstico que identifica a crise do capitalismo, como uma crise do Estado. Esse diagnóstico é comungado por duas orientações políticas: o neoliberalismo e a “terceira via”; portanto, a estratégia adotada

para a superação da crise seria a reforma do Estado por meio da diminuição de sua atuação; o “Estado mínimo”.

No caso do DF, os debates sobre as creches têm sido permeados pelos confrontos entre os defensores do ensino público e os defensores do ensino privado. As creches que estão sendo construídas, sem nenhuma consulta à comunidade escolar e à sociedade sobre o seu modelo de gestão, contratação de funcionários..., estão sendo entregues à iniciativa privada, com uma indefinição fronteira, acarretando a ambiguidade do Estado

enquanto expressão do poder público. Esse caráter privatista, com relação às creches, produz uma situação perversa da ação do GDF na medida em que não estabelece as fronteiras e diferenças entre os interesses coletivos e particulares, facultando a emergência da privatização do público e, conseqüentemente, a interpenetração entre as esferas pública e privada, que historicamente favorecem primordialmente interesses privados e não públicos.

Enfim, temos muito claro que as creches filantrópicas, confessionais, comunitárias e conveniadas integram o setor

privado da educação. Que é legal a transferência de recursos públicos para as mesmas, mas somos favoráveis que essa prática seja por tempo limitado, que haja uma transição de matrículas para creches públicas. Porque temos como princípio, que recursos públicos sejam destinados exclusivamente à educação pública. Neste sentido, exigimos do GDF que as creches que foram construídas e as que serão sejam exclusivamente PÚBLICAS!

*Prof. Júlio Barros - Diretor do Sinpro



III Seminário de Educação Especial e Inclusão

Educação Especial



DIA 04
DE JUNHO DE 2014

**Auditório da
Escola Parque 308 sul
Horário: 8h às 17h**

Evento promove debate com categoria para traçar diagnóstico

Atividade pretende fazer uma radiografia de como está o processo de inclusão nas escolas e detectar onde estão os maiores desafios

A educação especial será tema de debate durante seminário organizado pelo Sinpro. No dia 4 de junho, o III Seminário de Ensino Especial e Inclusão reunirá professores e professoras, orientadores(as) e conselhos escolares dos centros de ensino especial (CEEsp), das classes especiais nas escolas regulares e de turmas inclusivas para detectar onde estão os maiores desafios

e fazer um diagnóstico de como está o processo de inclusão nas escolas. O evento será realizado no auditório da Escola Parque 308 Sul, das 8h30 às 17h.

O Sindicato realizou um seminário em 2007, dando continuidade à construção de uma proposta da categoria para a Educação Especial a ser entregue ao Governo do Distrito Federal. Na época foi consenso a necessi-

dade de construção de uma proposta própria ante a inadequação de propostas apresentadas para o setor, por parte de instituições alheias à realidade dos centros de ensino especial. Em 2013 fortalecemos a luta da Educação Especial criando o coletivo dessa modalidade, durante encontro realizado no dia 18 de junho. Uma comissão foi formada para elaboração da proposta do setor para a Edu-

cação Especial, composta por dois representantes de cada centro de ensino especial e das classes especiais nas escolas regulares.

“O seminário vem para fazer um debate sobre temas importantes para a área. Trabalharemos a problemática de onde estão os maiores desafios; encontrar maneiras de fortalecer a categoria no processo de inclusão, além de fazer um diagnóstico de como

está o processo de inclusão nas escolas. Os professores e orientadores ainda têm dificuldade de trabalhar na rede, principalmente, com recursos pedagógicos e precisamos de uma solução. Apesar da decisão política da inclusão, não houve um processo amplo de formação e nem de preparo de recursos pedagógicos”, afirma a diretora da Secretaria de Política Educacional do Sinpro, Berenice Darc.

Processo seletivo de remanejamento externo 2014/2015 já está em elaboração

As inscrições serão divulgadas após o recesso escolar

O concurso de remanejamento 2014/2015 já está em processo de elaboração, pela comissão formada pelo Sinpro e pela Secretaria de Educação.

O processo se divide em duas modalidades. O remanejamento interno, quando o (a) profissional já faz parte da regional de ensino e apenas deseja mudar de escola, permanecendo na mesma região.

A outra opção é o remanejamento externo. Ele ocorre quando o (a) professor (a) quer mudar para uma instituição de ensino de outra regional,

ou quando o (a) professor (a) não possui nenhuma regional de ensino vinculada ao seu número de matrícula.

Uma novidade em relação aos anos anteriores é que o (a) candidato (a) pode concorrer para todas as regionais de ensino, ainda na primeira etapa do remanejamento externo. A classificação é obtida a partir da pontuação que o (a) professor (a) obteve no processo seletivo. A pontuação é resultado do número de dias trabalhados do (a) profissional. Cada dia trabalhado vale um ponto.

A categoria deve ficar atenta, pois as inscrições serão divulgadas após o recesso escolar, com ampla divulgação do Sinpro (através do portal e dos materiais impressos).

Desde 2008 o concurso de remanejamento é elaborado por uma comissão de membros da Secretaria de Educação e do Sinpro. O sindicato sempre apresenta nestas reuniões as pautas de reivindicações da categoria, para que todas as políticas públicas se aproximem cada vez mais dos anseios da classe.

Publicado edital de concurso para professores temporários

Aos da reserva, orientação é participar do processo

No último dia 16 de maio, o Diário Oficial do Distrito Federal publicou o edital do concurso para professor (a) temporário (a). As inscrições podem ser feitas pela internet no endereço <http://www.iades.com.br> até as 22h do dia 8 de julho. A taxa de inscrição é de R\$ 36. O pagamento deverá ser efetuado até o dia 12 de julho.

O diretor do Sinpro, Cláudio Antunes, ressalta a importância para que também os (as) professores (as) que lecionam de forma temporária ou que fazem parte do cadastro de reserva, para que se submetam novamente ao cer-

tame. “Todos (as) os (as) professores (as) que estão trabalhando no regime de contrato temporário ou aguardam por convocação, devem fazer o processo seletivo. Além de reforçar o banco atual de contratação temporária, este novo banco é o que vai vigorar para as contratações de 2015”, enfatiza.

É importante ressaltar que os aprovados neste concurso já podem ser chamados ainda no ano de 2014, se estiver faltando professor em alguma disciplina específica, pois o banco atual encontra-se esgotado.

Sindicato condena a exigência de filiação de professores no Cref-DF

Jurídico do Sinpro entrou com ação para impedir filiação de educadores que não estão na rede

O Sinpro, juntamente com os(as) professores(as) de educação física, vem travando uma batalha contra o Cref-DF. O Conselho Regional de Educação Física tenta impor a obrigatoriedade de filiação a todos os profissionais da área. O Departamento Jurídico do Sindicato já havia conseguido uma liminar na Justiça impedindo que professores e professoras de Educação Física, que já tomaram posse na Secretaria de Educação do DF, sejam obrigados a se filiarem ao Conselho e, agora entrou com uma ação requerendo o fim da exigência também para aqueles que fize-

ram o último concurso público.

Segundo o advogado Lucas Mori, uma ação foi ajuizada pedindo a não obrigatoriedade do vínculo com o Cref. “O Conselho não pode mais cobrar filiação dos professores que já tomaram posse. Com relação àqueles que fizeram o último concurso público, o DF, seguindo orientação do Conselho, conseguiu alterar o edital quando as provas já haviam sido feitas, exigindo a filiação do profissional que está em vias de tomar posse. Já agilizamos uma ação pedindo a não obrigatoriedade do vínculo com o CREF, mas ainda aguardamos

a decisão da Justiça”, explicou o advogado do Sinpro.

Ação arbitrária

Para impedir a ação arbitrária do Conselho, o Sinpro vem realizando reuniões com os profissionais da área para discutir ações e medidas contra a imposição do registro, além de reunir com o GDF buscando uma solução para o impasse. Para a diretora Rosilene Corrêa, do Departamento Jurídico do Sindicato entende que os(as) professores(as) da rede pública de ensino não são obrigados(as) a se associarem ao órgão, já que cumprem as exigências para atuar em sala de aula. “O Sinpro discorda da ação do Cref-DF de ingerência nas escolas públicas, uma vez que os professores que atuam na rede já cumpriram as exigências para exercer tal função. A ação do Cref tem acarretado intimidação e constrangimento aos(as) professores(as) que atuam nas escolas”, ressalta.

A Comissão de Negociação do

Sinpro já se reuniu com as secretarias de Administração e Educação do GDF para encontrar uma solução para o caso. “O que nós argumentamos é que estamos na condição de professor e não de preparador físico ou profissional de educação física. Esta decisão é arbitrária porque obriga os professores a se credenciarem nesta instituição. Poderíamos dar

“ **O Cref não pode mais cobrar filiação dos professores que já tomaram posse** ”

como exemplo os advogados, que não precisam ser credenciados à Ordem dos Advogados do Brasil para lecionar em sala de aula”, argumenta o diretor do Sinpro Geraldo Ferreira.



Seminário vai discutir novas tendências para a Educação Física escolar

O Sinpro realiza, dias 13 e 14 de agosto, o Seminário de Educação Física Escolar. A atividade será realizada na sede do Sindicato. Entre os assuntos que serão abordados estão: as novas tendências para a educação física esco-

lar; o papel do profissional da área nas escolas; a ação do Cref-DF, exigindo a obrigatoriedade de filiação; as novas tendências para a educação física escolar; e os novos desafios para o futuro.

“Assim como todos os(as) professores(as), a

importância deste seminário é discutir os desafios da Educação Física escolar, as condições de nossas escolas e uma forma de fortalecer a importância da modalidade na vida escolar”, afirma Rosilene Corrêa, diretora do Sinpro.

Educadores devem entregar certificados de formação para acelerar progressão na carreira

Os(as) professores(as) que ingressaram na Secretaria de Educação do DF há 5 anos ou mais e que ainda não chegaram ao Padrão 25, devem entregar seus certificados de formação continuada para ascender mais um padrão na carreira.

Cerca de 60% da categoria entregaram certificados para esta finalidade em 2009. Passados 5 anos, se, naturalmente,

em 2014 o professor(a)/orientador(a) não alcançar o Padrão 25, ele poderá entregar esta certificação para acelerar sua progressão vertical na carreira.

Professores(as) devem entregar o certificado totalizando 180 horas, sendo que é permitido que o profissional entregue vários certificados até atingir a carga horária estipulada. Entretanto, pelo

menos um dos certificados deverá ter a carga horária mínima de 120 horas.

O Sinpro recomenda que os certificados sejam entregues 15 dias antes do mês da contratação. Assim sendo, os(as) professores(as) contratados no primeiro semestre já podem entregar seus certificados nas Coordenações Regionais de Ensino (CREs).

Continua a falta de professores na rede pública

O Sinpro em todas as reuniões de negociações com o GDF tem cobrado insistentemente a homologação do último concurso para professores(as) e suas imediatas convocações para suprir a enorme carência do quadro. A SEE-DF já fixou datas para a homologação, porém não as cumpriu. O Sindicato vê na demora da homologação um grande prejuízo para a educação do DF. Diante da atual falta de professores – calculada em cerca de 2 mil profissionais, o Sinpro, mais uma vez, exige a imediata contratação dos educadores concursados.

Aberta inscrição para estudos remunerados

A EAPE iniciou o processo seletivo para as vagas de afastamento de estudo remunerado, conforme Lei 5.105/2013 e Portaria 259/2013. Para ser selecionado às vagas de afastamentos para cursos de mestrado (92) e doutorado (50) o(a) professor(a) deve preencher os requisitos previstos na portaria de regulamentação do Plano de Carreira. As inscrições são entre os dias 2 a 6 de junho, de 9h às 11h30 e das 14h às 17h, na EAPE. Os interessados concorrerão a vagas em cursos reconhecidos pela legislação brasileira. Os contemplados não terão prejuízo no pagamento Gratificação de Atividade Pedagógica (Gaped).

Sinpro mantém pressão por concurso para pedagogo-orientador educacional

GDF divulga assinatura com empresa que realizará o certame. Próximo passo é a publicação do edital

No dia 5 de maio, a Comissão de Negociação do Sinpro se reuniu com o governo do DF em mais uma rodada de negociações.

O GDF informou que já foi escolhida a instituição responsável pela realização do concurso público para pedagogo e orientador educacional, sendo que até o final de maio está prometida a publicação do edital, após o cumprimento de todas as exigências legais e burocráticas.

Mas até o fechamento desta

edição, o edital ainda não havia sido publicado. “Nossos (as) companheiros (as) que estão na escola estão sofrendo as consequências da falta crônica de profissionais. A Portaria 32 diz que as escolas com até 500 alunos necessitam de um orientador; de 500 a 1000 alunos de dois orientadores e que pode ter três, nas unidades de ensino com mais de 1000 alunos. Mas não é o que acontece. Com raras exceções, as escolas só possuem um orientador, não importa o seu tama-

nho”, diz Francisco Alves (Chicão), diretor do Sinpro.

O diretor alega que o DF precisa de cerca de 500 pedagogos-orientadores educacionais, por isso, a questão do concurso é urgente e o GDF não pode continuar postergando o certame.

“Na própria portaria 32, há o reconhecimento da Secretaria de Educação, com um documento que assinala a carência de 500 profissionais, mas acredito que o número seja maior. Na nossa defesa pela escola pública

300 ALUNOS

para cada orientador educacional é o que o Sinpro defende

de qualidade nós, do Sinpro, pre-gamos a razão de 300 alunos por orientador, é a nossa bandeira”, afirma.

O próprio remanejamento interno e externo dos profissionais é prejudicado, exatamente pelo *quorum diminuto*. “As regionais de ensino ficam ‘segurando’ os orientadores em cada escola, pois se sair alguém de lá, não fica ninguém. Portanto é urgente que essa demanda da categoria, que não é nova, seja atendida”, ressalta.

Coordenação pedagógica: essencial às escolas

Cabe ao profissional ir além de um conhecimento teórico, estimular os professores e identificar as necessidades de alunos e magistrados possibilitando ações de parcerias para o desenvolvimento escolar

O(a) coordenador(a) pedagógico(a) carrega uma grande importância na busca pela qualidade de ensino. Cabe a ele ser o elo entre professores, alunos, comunidade escolar e a direção da escola para que o trabalho pedagógico de fato seja alcançado, com o objetivo de alcançar a qualidade de ensino para o aluno. Responsável por estar sempre atento ao universo educacional, o coordenador precisa ir além de um conhecimento teórico para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os professores e professoras. Para isto necessita de percepção e sensibilidade para estimular o educador, além de identificar as necessidades de alunos, educadores e muitas vezes da comunidade escolar.

A função de coordenador(a) pedagógico(a) surgiu entre as décadas de 70 e 90 como resultado das transformações sociais,

políticas, econômicas na educação. Diante de todas estas mudanças, a educação no Brasil passou por um processo de desânimo, com profissionais desvalorizados e falta de planejamento nas escolas. Surgiu então a figura do coordenador, que passou a

contribuir com inovações educacionais voltadas para projetos diferenciados dentro do segmento escolar.

Segundo o diretor da Secretaria de Políticas Educacionais do Sinpro, Fernando Ferreira, o coordenador sempre teve e ainda tem uma importância muito grande na educação, já que, como articulador, é fundamental que o profissional possibilite ações de parceria para o desenvolvimento de ações que possam atingir objetivos e metas comuns. “Tudo isto visando colocar em movimento as metas curriculares propostas. Desta forma, o coordenador pedagógico será aquele que, conhecendo as propostas, participará da elaboração das necessidades e objetivos daquela escola, possibilitando que novos significados sejam atribuídos à prática educativa e à prática pedagógica dos professores”, avalia Fernando Reis.

Quem são os coordenadores pedagógicos no Brasil

90%
São mulheres

88%
já deram aula na
Educação Básica

76%
têm entre 36 e
55 anos

A maioria tem mais de 5 anos de experiência na função

Aspectos importantes do coordenador pedagógico:

- a) seu compromisso com a formação tem de representar o projeto escolar-institucional, além de atender aos objetivos curriculares da escola;
- b) o compromisso com o desenvolvimento dos professores tem de levar em conta suas relações interpessoais com os demais profissionais da escola: alunos, pais e comunidade escolar, sendo estas relações entendidas em sua diversidade e multiplicidade, aceitas como se apresentam, aproveitadas como recurso para o processo formativo.

O que compete ao coordenador pedagógico?

- Como articulador, seu papel principal é oferecer condições para que os professores trabalhem coletivamente as propostas curriculares, em função de sua realidade, o que não é fácil, mas possível;
- como formador, compete a ele oferecer condições ao professor para que se aprofunde em sua área específica e trabalhe bem com ela;
- como transformador, cabe ao profissional da área o compromisso com o questionamento, ou seja, ajudar o professor a ser reflexivo e crítico em sua prática.

Categoria já tem nova pauta de reivindicações

Assembleia Geral realizada dia 7 de maio determinou as propostas que serão entregues ao Governo do Distrito Federal

A assembleia Geral realizada dia 7 de maio determinou as propostas que serão entregues ao Governo do Distrito Federal.

Os professores e professoras definiram, durante assembleia geral realizada no dia 07 de maio,

com o conjunto da categoria nas plenárias nas cidades e também aqui na assembleia geral. Terminamos os trabalhos cerca de 6 horas após o início, mostrando o vigor da categoria, discutindo os 103 itens, separadamente. O resultado será a síntese da nossa



A mesa foi composta pelos diretores Polyelton, Elaine, Cleber e Wijairo

a nova pauta de reivindicações da categoria, que começou a ser construída nas plenárias regionais realizadas em todas as regionais de ensino do Distrito Federal nos meses de março e abril. A diretoria do Sinpro já está sistematizando as propostas discutidas durante a assembleia e em seguida disponibilizará para a categoria. Posteriormente a pauta será entregue ao Governo do Distrito Federal.

“Nós coletamos sugestões dos companheiros e das companheiras para atualizar a nossa pauta, promovendo a alteração dos textos. Fizemos um debate

pauta de reivindicação, que norteará nossa atuação estratégica”, diz Cleber Soares, diretor do Sindicato dos Professores.

Para a diretora do Sinpro Rosilene Corrêa, a assembleia geral teve uma importância muito grande, já que definiu os próximos passos da categoria.

“Muitos avanços foram conquistados nos últimos anos, mas ainda há pontos cruciais para lutar em busca da qualidade de ensino e pela valorização dos professores e professoras. E é somente pela luta organizada que garantiremos a vitória”, salienta Cláudio Antunes.



Categoria compareceu em à assembleia realizada no dia 7 de maio no Teatro dos Bancários

Confira abaixo alguns dos itens aprovados:

- garantir a paridade de todos os benefícios dos/as professores/as e pedagogos/as-orientadores/as educacionais aposentados/as com os/as professores/as e pedagogos-orientadores educacionais
- isonomia com a média das carreiras de nível superior do GDF
- estender o pagamento da GAA a todos/as os/as professores/as, coordenadores/as e pedagogos/as – orientadores/as educacionais que atuem nos anos iniciais do Ensino Fundamental e primeiro segmento da EJA;
- aplicar, integralmente, os recursos do FUNDEB em Educação Pública.
- ampliar os investimentos em educação pública de 25% para, no mínimo, 30% da arrecadação do GDF.
- ampliação da participação da Educação Pública nos recursos do Fundo Constitucional do DF.
- implantação imediata de escala para gozo da licença prêmio;
- alterar a lei dos precatórios, passando dos atuais 10 salários mínimos para 40 salários;
- redução do número de alunos/as em classes inclusivas: 7%, 14% e 21%, considerando o máximo de três alunos/as com características e necessidades educacionais especiais parecidas ou mesma classificação, aplicando um percentual de redução maior na educação infantil e alfabetização;

PROFESSOR(A). CURTA NOSSA PÁGINA NO FACEBOOK



Convidamos todas e todos a conhecerem a página oficial do Sinpro-DF no Facebook, que agora é [facebook.com/sinpro-df](https://www.facebook.com/sinpro-df). Na Fan Page são publicadas atividades realizadas nas escolas e informações de interesse da categoria. Por isso solicite amizade e curta a página para receber as informações da entidade pelas redes sociais e interagir com a categoria.

Reajuste do auxílio-alimentação abaixo da inflação gera perda real

Reajuste de apenas R\$ 21,50 anunciado pelo GDF fica abaixo da inflação do período e aquém da necessidade do servidor

No dia 13 de maio, o governo do Distrito Federal divulgou o novo valor do auxílio-alimentação da categoria: R\$ 394,50. Apenas R\$ 21,50 acima do valor anterior, de R\$ 373.

De acordo com o Diário Oficial, o benefício teve reajuste de 5,76%. O Sinpro repudia um valor tão modesto, pois o índice ficou abaixo da inflação do período, que foi de 5,82% (INPC) e 6,28% (IBGE). Quer dizer, a categoria amalhou uma “perda real” e não um “ganho real”, anseio de

todos e todas. Confira a tabela abaixo.

Este número confronta o que o sindicato sempre lutou e não

corrige as distorções dentre o que recebem os (as) professores (as) em comparação com outros servidores públicos do DF.

Há alguns anos, a Comissão de Negociação do Sinpro sempre expõe ao governo do DF sua agenda de reivindicações, que são amplamente debatidas pela categoria. E em todas as ocasiões o Sinpro cobra pela isonomia nos reajustes dos (as) professores (as) com os mesmos reajustes recebidos pelos servidores (as) da Câmara Legislativa do DF, que também são pagos com recursos do GDF.

Na luta por uma educação pública de qualidade, o governo do DF desdenha dos profissionais de ensino, ao oferecer uma correção tão tímida deste valor.

Auxílio Alimentação		Reajuste
01/05/2013	373,00	5,76%
01/05/2014	394,50	
Inflação Acumulada (%) entre 01/05/2013 a 30/04/2014		Perda
INPC - IBGE (%)	5,82	0,06%
IPCA - IBGE (%)	6,28	0,49%

*Fonte: IBGE e Diário Oficial DF
Elaboração: Dieese - Sub Seção Sinpro*

Correção

5,76%

foi o índice reajustado pelo governo do DF

Aluna de 7 anos da EC 02 da Cidade Estrutural lança livro

“As aventuras do Calango Tango” é o primeiro trabalho da Anna Rubi

O sorriso é largo e sincero. O jeito é tímido, mas mesmo assim percebe-se uma menina brincalhona e alegre. E também escritora. A pequena Anna Rubi Leal Rodrigues Ribeiro, no alto de seus 7 anos de idade, se agiganta ao falar sobre seu primeiro livro “As aventuras do Calango Tango”.

“Eu gosto de escrever. Teve um dia que não consegui dormir, aí comecei a contar a história para a minha mãe e o livro ficou pronto. Adoro escrever sobre animais, pessoas e coisas que vejo e que vão existir”, relata.

O trabalho foi lançado graças ao empenho indescritível da mãe, Maristela, que é professora temporária da rede pública e teve que assumir dívidas para financiar o sonho da filha. Foram produzidas 500 cópias, que são vendidas a R\$ 20, sendo que R\$ 15 são para custear a publicação. O livro é resultado de uma aluna que se destaca, conforme explica a professora Tatiana de Moraes, que acompanhou seu desenvolvimento.

“Ela se alfabetizou praticamente sozinha, aos 4 anos. É uma leitora voraz, que criou as histórias e pediu para a mãe transcrevê-

las. E mesmo assim ela não se envaidece, continua a brincar e pular, como qualquer criança da idade”, afirma.

Com ajuda da UnB (onde a mãe faz pós-graduação), Anna Rubi conseguiu um pequeno espaço, por apenas 2 horas, para divulgar o livro na Bienal de Brasília, em pleno domingo de Páscoa. Conseguiu vender quase 150 livros.

Orgulho para a escola e comunidade

Apesar desta aparição na Bienal, as dificuldades de divulgação e produção são enormes. A escola se prontificou a ajudar.

“Pra nós ela é um grande orgulho. Sabemos que temos uma aluna, um fruto nosso, entrando no mundo da imaginação infantil, expressando seus sentimentos e possibilitando um estímulo para outras crianças. Estamos organizando uma tarde literária para ela vender seus livros, promovendo a divulgação em toda a comunidade”, diz a diretora Maria Leodenice Alves Magalhães.

A professora Tatiana endossa a importância desta iniciativa. “Vejo o poder que

temos como escola pública, de propiciar esse trabalho com a criança e a comunidade. Temos um futuro brilhante pela frente, em acreditar em uma educação de qualidade, em uma localidade que passa muitas dificuldades, quebrando muitos mitos a respeito da Cidade Estrutural”, relata.

O diretor do Sinpro Samuel Fernandes reafirma o compromisso do sindicato em apoiar este projeto. “A gente sempre luta pela valorização da escola pública. E esta iniciativa, em uma escola pública na Estrutural, precisa ser valorizada. Os professores estão felizes, os alunos estão motivados. A Anna é um exemplo de uma família humilde, lutadora e que nunca desiste dos seus sonhos. Parabéns Anna Rubi pelo belíssimo trabalho, tenho certeza que esse foi o primeiro de muitos livros de sucesso que ainda irá escrever”, diz.

Se você quer divulgar o livro da Anna na sua escola

ou deseja comprá-lo, entre em contato com o perfil da Anna no Facebook (gerenciado pela mãe): www.facebook.com/annarubi.rubi ou entre em contato com o Sinpro no 3343-4200, solicitando o contato do diretor Samuel Fernandes.



Samuel Fernandes, diretor do Sinpro com Anna Rubi e a professora Tatiana de Moraes

Inscrições abertas para o 5º Concurso de Redação Sinpro

**Concurso terá como tema “A Escola Pública que eu quero”
As inscrições poderão ser feitas até 31 de julho, no site do Sindicato**

Já estão abertas as inscrições para o V Concurso de Redação e Desenho do Sinpro, que este ano terá como tema “Escola Pública que eu quero”. As inscrições poderão ser feitas até o dia 31 de julho no site do Sinpro.

O Concurso faz parte da campanha contra a Violência nas Escolas, desenvolvida pelo Sinpro desde 2008, e tem como objetivo levar aos estudantes da rede pública de ensino uma reflexão sobre as causas, consequências e soluções para a violência no ambiente escolar. Este ano os candidatos terão a oportunidade de entrar na campanha de valorização da escola pública no Distrito Federal.



Poderão se inscrever alunas/os desde o primeiro ano do ensino fundamental ao ensino médio (redação), e os matriculados no 1º, 2º e 3º anos iniciais e EJA 1º segmento (desenho). As redações e os desenhos deverão ser entregues até o dia 23 de maio na própria escola, na sede ou nas subdesdes do Sinpro-DF. Os prêmios serão distribuídos para os alunos vencedores e professores indicados pelos estudantes.

Os alunos da educação infantil, de 4 a 5 anos de idade, os alunos de ensino especial, e os matriculados do 1º ao 3º ano do ensino fundamental expressarão sua opinião por meio de desenho. Já os estudantes do 4º ao 9º do ensino fundamental discutirão a temática na forma de redação.



QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE



Projeto “Escola de Mídia” encanta alunos da rede pública

Parceria do Sinpro com TV Comunitária leva projeto pedagógico às escolas públicas do DF

A parceria do Sindicato dos Professores com a TV Comunitária deu início, no mês de abril, em um novo projeto pedagógico: a Escola de Mídia. A primeira turma a participar das oficinas foi a Escola Classe 511 de Samambaia. Com quatro encontros por turma, o projeto pretende transmitir aos alunos da rede pública de ensino do DF as práticas de um dia a dia dos bastidores de uma emissora comunitária de televisão.

Sob a coordenação da professora Maria dos Remédios e de uma equipe de profissionais da TV Comunitária foi realizado o treinamento de 22 estudantes, com idades entre 7 e 9 anos, da

EC 511. Maravilhados, segundo a professora, os estudantes tiveram os primeiros contatos com uma câmera de vídeo. Antes, porém, receberam orientações teóricas, com direito a apostilas.

Já com a câmera em mãos, os alunos fizeram suas primeiras imagens e, em seguida, puderam analisá-las, para felicidade geral. O projeto da Escola de Mídia se desenvolve em quatro etapas. Algumas oficinas ocorrem no ambiente escolar e outras nos estúdios de transmissão da TV Comunitária. Ao final de cada turma, no último trabalho, os estudantes participam da gravação de um programa ao vivo nos estúdios da TV.

Novas turmas

A parceria do Sinpro com a TV Comunitária pretende levar a oficina para várias escolas da rede pública. Entre elas já estão programados os Centro de Ensino Médio 01 do Gama, o CEM Setor Leste (Plano Piloto) e o CEM 304 de Samambaia.

Uma nova turma de estudantes, desta vez do Centro de Ensino Médio Setor Leste, também já participa das oficinas de mídia. Iniciada em 15 de maio, 25 estudantes do segundo ano do ensino médio já colocaram a mão na massa ou nas câmeras para produzir, como protagonistas, mais um programa ao vivo na TV Comunitária.



Professora de artes mostra a sensibilidade da união de matérias na exposição Alma de Cristais

Trabalho de artista plástica apresenta peças utilizando vidro, resina e metais. Mostra será entre os meses de julho e dezembro.

A professora e artista plástica Claudia Bertolin traz uma exposição itinerante para Brasília, Taguatinga e Ceilândia, entre os meses de julho e dezembro de 2014. Utilizando vidro, resina e metais (cobre, latão, alumínio e prata) como matéria prima para a produção

de suas obras, a artista plástica vem aprimorando sua técnica em fusão de vidro desde 1996, tendo como motivação estimular a sensibilidade e a delicadeza em peças que captam o olhar. “Minha criação parte do sentir. Em meu trabalho, tenho a intenção de comunicar sensações de transformação

e de reciclagem interna, mesmo que, muitas vezes, isto não fique claro para quem está observando meus quadros”, comenta Cláudia Bertolin, arte-educadora na Escola dos Meninos e Meninas do Parque.

No jogo entre os materiais que utiliza, a artista plástica faz referência às diferenças e semelhanças entre as pessoas. Encontra na transparência, no brilho, na flexibilidade, na opacidade e na rigidez, diante do resfriamento, os elementos para sensibilização, transmitindo a possibilidade de encontros imprevistos, tanto através destas características como também nos reflexos e sombras. “Tento imprimir identidade na produção e nos materiais que agrego, estruturando uma linguagem que estimule o encontro, que pode, até mesmo, ser entre mim e o observador”, reflete a artista.



Serviço

Brasília

Hotel Metropolitan (SHN Qd. 2 Bl. H)
Vernissage: dia 03/07, às 19h.
Temporada: de 4 a 31/07.
Visitação: de segunda a domingo, das 9h às 17h.

Ceilândia

Foyer do Teatro Nilton Rossi - SESC de Ceilândia (Setor N QNN 27 Lt B)
Vernissage: dia 02/09, às 19h.
Temporada: de 3 a 30/09.
Visitação: de segunda a domingo, das 9h às 17h.

Taguatinga

Galeria do Centro Cultural SESI de Taguatinga (QNF 24 AE)
Vernissage: dia 07/10, às 19h.
Temporada: de 8/10 a 17/12.
Visitação: de segunda a domingo, das 14h às 20h.

Festa Junina do Sinpro vai resgatar as tradições nordestinas. Venham vestidos a caráter!

O evento terá comidas típicas, quadrilha e muito forró com atrações para toda a família

No dia 9 de agosto será realizada a 11ª Festa Junina do Sinpro, na Chácara do Professor em Brazlândia, a partir das 17 horas. Será uma festa para toda a família, resgatando as tradições da Festa de São João, como explica Marco Aurélio Rodrigues, diretor do Sinpro.

“Na edição deste ano, vamos realizar um arraial com a verdadeira tradição nordestina, com comidas típicas, atrações infantis, muito forró e quadrilha”, enfatiza.

O acesso é gratuito para todos os professores sindicalizados, que

poderão levar sua própria família e acompanhantes. Basta apresentar sua carteirinha do Sinpro na entrada.

Serão muitas atrações. Na música, o show será com o forró da banda Rastapé. Para a criançada, muitas brincadeiras típicas, como pau de sebo, touro mecânico, contador de histórias, pintura de rosto, pescaria, fazendinha e perna de pau.

Quentão, pé de moleque, maçã do amor, espetinhos e pamonha são alguns dos itens servidos na festa, que também

terá quadrilha e casamento da roça.

O Sinpro pede para que todos (as) os (as) convidados (as) vistam a caráter, pois o intuito é apresentar um arraial típico de São João, para toda a família.

A Chácara do Professor está localizada no Núcleo Rural Alexandre Gusmão, chácara 2, lote 135 em Brazlândia. O mapa para chegar ao local está em nosso site, www.sinprodf.org.br

